

Sequela digna da «descolonização exemplar»

Acordo militar com Maputo prolonga agonia do regime

• *Entre a precipitação dos terceiro-mundistas e a prudência do Governo arma-se a FRELIMO contra o Povo de Moçambique.*

“Dentro de três meses devem chegar a Portugal os primeiros 60 instrutores moçambicanos que vêm frequentar cursos nas Forças Armadas Portuguesas (...)” — escreve Luís Pinheiro de Almeida, da ANOP, num trabalho bem fundamentado que confirma o apoio que os governantes portugueses decidiram proporcionar ao ditador comunista Samora Machel — “Este é um dos aspectos do protocolo aceite em Maputo, a 28 de Abril último, entre Portugal e a República Popular de Moçambique”, revela o jornalista — não obstante estar a ser alvo da contestação violenta e generalizada do povo que oprime desde a sua subida ao poder, sob o patrocínio dos traidores do MFA.

Consciente ou apenas por ingenuidade, o funcionário da agência noticiosa estatizada fornece, paralelamente, a “justificação oficial” de Ramalho Eanes para o injustificável suporte militar ao regime totalitário produzido pela “descolonização exemplar”: quebrar o monopólio que os soviéticos detinham na preparação de militares moçambicanos e forçar a retirada da influência da URSS na África Austral.

Justificação que Luís Pinheiro de Almeida explica com detalhe como se construiu:

“Poucos dias depois da assinatura do documento — diz — desembarcou na capital moçambicana uma importante missão militar soviética, chefiada pelo general Alexei Epichev que, aparentemente, foi comunicar as apreensões de Moscovo quanto à abertura militar de Moçambique ao Ocidente. Outra missão é esperada em Maputo, em Outubro, no que pode ser mais uma pressão soviética junto de Samora Machel”.

“Em Maputo, — informa depois — não há porém qualquer indício de cedência aos intuítos soviéticos, parecendo estar o governo moçambicano muito firme na sua decisão de avançar na cooperação com Portugal. Por outro lado, não está igualmente no

horizonte dos moçambicanos cortar definitivamente com a União Soviética. São disso exemplos a recente deslocação a Moçambique do Primeiro-Ministro português, Francisco Pinto Balsemão e a visita que Samora Machel fez, então, aos navios soviéticos que se encontravam em Maputo e as declarações na altura feitas”.

ARGUMENTOS INCONSISTENTES

Como é óbvio, o argumento do anti-sovietismo poderá ser aceite por um público ocidental, mormente o português, dramaticamente desinformado e ignorante da realidade internacional, argumento que, condimentado com “slogans” depreciativos sobre quantos se opõem a semelhante entendimento do género “a direita radical incapaz de compreender os ventos da História”, colherá sem dúvida dividendos, tanto mais que, para lhe dar maior autenticidade, a delegação russa em Portugal — o PC — já se insurgiu contra a interferência lusa.

Ora acontece que a “interferência lusa” não é espontânea, não nasceu de uma decisão interna tomada em reunião no Palácio das Necessidades ou mesmo na secção de Relações Exteriores de Belém. Surge de uma imposição internacionalista, de compromissos assumidos pela diplomacia servil, cuja prática se generalizou do 25 de Abril a esta parte, compromissos que, estabelecidos entre estados soberanos, em si nada teriam de criticável — o Ocidente necessita de uma política de defesa conjunta e eficaz — se não redundassem em mais uma traição de Portugal contra os moçambicanos, portugueses até há alguns anos.

É que Samora Machel não pode nem deve ser tomado como interlocutor sério e válido. Ele volta-se para Lisboa e aceita os portugueses apenas por motivos que o jornalista da ANOP enuncia com clareza:

“Até agora — refere — a formação dos quadros militares moçambicanos era feita exclusivamente pelos soviéticos, em Nampula, de acordo com padrões da guerra convencional que não têm qualquer aplicação prática na situação actual moçambicana, a braços com uma resistência interna que usa a guerrilha.

“Da boca de oficiais moçambicanos (e portugueses também) é frequente ouvir-se falar não só da necessidade da diversificação das relações militares de ambos os países, como também do interesse na cooperação”.

“Portugal tem uma grande experiência no campo da contraguerrilha e nós sabemos da guerrilha. Entre as táticas da guerrilha, que nós dominamos, e as da contraguerrilha, que Portugal domina, há porém uma enorme diferença”, dizem oficiais moçambicanos — acrescenta.

“Nós conhecemos muito bem Moçambique e eles têm muito material que foi nosso. Somos os únicos que os podemos ajudar, e até falamos a mesma língua. Por outro lado, não temos mercado na Europa”, dizem por seu turno oficiais portugueses”.

Como se constata, o ditador do Maputo apenas pretende meios para se manter no Poder e, para os obter, oferece o seu país de penhor a todos o e quaisquer interesses, interesses reconhecidamente de usura, transideológicos e nem sempre, na sua ganância de lucro, ditados com a lucidez imprescindível à segurança dos empreendimentos de futuro.

Porque, no caso de Machel investir na sua sobrevivência política é um tremendo erro.

O avanço da Resistência Nacional da FRESAMO e de outros movimentos democráticos e anticomunistas provam-no, e igualmente o demonstra o tratamento dado por entidades portuguesas a seus rivais dentro da própria hierarquia da FRELIMO.

Estes factores porém, não impressionam os terceiro-mundistas de Belém ufanos no seu novo papel de “Fideis de Castro” do Ocidente (ou talvez não) imaginando com ele conquistar clientelas políticas e sublimar o complexo esquerdista que os atormenta.

O ENVOLVIMENTO

Mas vejamos até onde vai este triste envolvimento africano, sequela digna da descolonização, seguindo até ao fim o trabalho de Luís Pinheiro de Almeida:

“A vinda a Lisboa dos 60 instrutores moçambicanos para frequentar cursos (comandos, pára-quedistas, atiradores especiais) será simultânea com a ida a Maputo de uma missão militar portuguesa de Engenharia para fazer um estudo da recuperação e construção de quartéis.

“Entretanto, a visita a Portugal do Ministro da Defesa de Moçambique, Alberto Chipande, a convite do seu homólogo Diogo Freitas do Amaral, à frente de uma delegação militar ao mais alto nível convidada pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Melo Egdio, prevista para este mês, será provavelmente transferida para uma data coincidente com manobras militares em Santa Margarida a que assistirá como convidado de honra”.

“A deslocação de Chipande, que é vista em Lisboa com grande expectativa, sobretudo depois do êxito da missão de Balsemão a Moçambique, servirá para acertar alguns pontos da cooperação militar e abrirá caminho para a assinatura do acordo”.

“Os primeiros contactos militares entre os dois países iniciara-se em Novembro do ano passado com a visita do Presidente da República, Ramalho Eanes, seis anos depois da independência de Moçambique.

“Coube ao general Lopes Alves, Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército Português, que integrava a comitiva presidencial, manter as primeiras conversações com os seus homólogos moçambicanos, a pedido destes”.

“Nessa altura, as autoridades moçambicanas fizeram um alerta quanto às suas necessidades em sobressalentes — Portugal deixou no território toneladas de material de guerra que se encontram sem manutenção — e outro equipamento”.

“Na sequência das conversações havidas, que autoridades militares portuguesas classificaram de muito positivas, uma delegação das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento de Portugal deslocou-se a Maputo para

estudo das necessidades de fardamento e de um plano de uniformes para as Forças Armadas de Moçambique".

"Pouco depois, em Março, foi a vez de uma delegação militar moçambicana, chefiada pelo ministro da Segurança, Jacinto Veloso, e pelo comandante do Exército, Joaquim Munhepa, vir a Portugal manifestar interesse numa cooperação militar efectiva".

"Nos seus contactos reservados com o Presidente da República, Primeiro-Ministro e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Jacinto Veloso foi mais longe do que Lisboa previa e pediu o auxílio de Portugal para o fornecimento de armamento ligeiro e outro material fabricado pelos estabelecimentos militares portugueses e para a formação de oficiais-instrutores moçambicanos em unidades militares portuguesas".

"Ao invés, nunca esteve prevista a ida de tropas portuguesas para Maputo.

"Demonstrando que um passado recente entre os dois países estava definitivamente encerrado, Portugal fez, então, uma inédita oferta, simbólica, a Moçambique de fardamento, equipamento e armamento ligeiro para mil homens, material que incluía, além de G-3, cartas topográficas (necessárias para combater a resistência no interior do País), livros escolares e material desportivo.

"As G-3 foram já empunhadas por soldados das Forças Armadas Moçambicanas durante as comemorações de Junho do vigésimo aniversário da FRELIMO e do sétimo aniversário da independência da República Popular.

"Esta oferta provocou especulações a nível interno português, sobretudo numa direita radical incapaz de compreender os ventos da História".

"A especulação atingiu níveis tais que obrigou o conselho de chefes de Estado-Maior — estrutura máxima da hierarquia militar portuguesa — a difundir internamente nas Forças Armadas Portuguesas no dia 28 de Junho (já Balsemão se encontrava em Moçambique) uma circular repondo a verdade dos factos".

"A oferta foi ao conhecimento do Governo português, que não se opôs a ela, e em Abril último deslocou-se a Moçambique o general na reserva Sousa Meneses, acompanhado por sete técnicos militares representando sectores da instrução e logística do Exército, que fez um novo levantamento das ne-

cessidades de Maputo quanto a armamento ligeiro, morteiros, munições, granadas de instrução, e, fundamentalmente, quanto à instrução, ao nível dos quadros das Forças Armadas Moçambicanas, a ser iniciada em Outubro em Lisboa".

"Portugal assentou então com Moçambique, a 28 de Abril, num protocolo que poderá dar origem a um acordo de cooperação técnico-militar entre os dois países, o que tem provocado a apreensão dos países comunistas europeus, nomeadamente da União Soviética, até aqui os detentores de relações privilegiadas com Maputo. Trata-se, afinal de contas, do primeiro acordo deste tipo assinado por Samora Machel com um país ocidental".

"Moçambique apresentou inicialmente uma proposta para fardamento e equipamento de dez mil homens, tendo posteriormente aumentado a pretensão, a que correspondia um apoio logístico completo (armas, munições, fardamentos, rações) durante cinco anos.

"Todo este projecto necessita porém de ser financiado, havendo duas hipóteses: ou se eleva o "plafond" de uma linha de crédito de 130 milhões de dólares do Banco de Portugal, ou se abre uma nova linha especial. Este é um assunto a ser discutido pelos governos dos dois países".

AS URGÊNCIAS DE SAMORA

"O ministro português da Defesa, Diogo Freitas do Amaral, tem repetidamente manifestado o seu apoio à cooperação bilateral neste domínio, embora coloque algumas reservas quanto à sua extensão, alegando vectores fundamentais da política externa portuguesa (NATO, CEE, etc.)".

"Em todo o caso, o Governo de Lisboa, por questões internas, só avançará neste processo depois de concluída a revisão constitucional e concretizada a subordinação das Forças Armadas ao poder político democrático e civil, o que não acontecerá antes do final do ano".

"Foi, por isso, que na recente visita a Maputo do Primeiro-Ministro, Pinto Balsemão, o assunto não foi oficialmente abordado nas conversações entre as duas delegações, aliás, da comitiva de Pinto Balsemão não faz parte qualquer militar português autorizado a manter contactos com esse objectivo".

"Este protelar no tempo da assinatura do acordo militar não tem sido entretanto bem recebido em Maputo".

"O jornalista moçambicano no Fernando Lima chegou mesmo a criticar tal atitude do Governo de Lisboa, escrevendo a propósito da visita de Pinto Balsemão:

"Estendeu-se mesmo o espírito de cooperação ao domínio militar, aspecto específico e melindroso, assumi-

do com coragem perante sectores ainda prostados perante o passado que, em última análise é, também, a defesa da comunidade portuguesa, a mais numerosa trabalhando em Moçambique.

"Este é, talvez, ainda um espinho não digerido pelo Executivo de Pinto Balsemão que gostaria de ver este sector particular de cooperação desenvolver-se após a revisão constitucional.

"Não significa, porém, isto, um nó de estrangulamento ou uma limitação no que se pretende que sejam as estradas de aço da cooperação entre Moçambique e Portugal".

Pode, portanto, concluir-se do artigo do jornalista da ANOP que a precipitação diplomática reina em Belém, seguramente impulsionada pelos simpatizantes dos Países da Linha da Frente do "Staff" de Eanes e pelos "militares" que gravitam em torno do "aparinho" presidencial, substituído do C.R. Maior prudência, tino e dignidade caracterizou as acções governamentais.

Mas — pergunta-se — a quem aproveitará o prolongamento da agonia do regime do Maputo?

Não seguramente ao Ocidente.

17 JULHO 1982 O DIA

p. 19-20



As armas que estes soldados portugueses usaram para defender o Povo de Moçambique dos comunistas são agora usadas pelos comunistas contra o povo de Moçambique